



AS FUNDAÇÕES DO PENSAMENTO POLÍTICO MODERNO¹

Oneide Bobsin²

Resenha de:

SKINNER, Quentin. **As Fundações do Pensamento Político Moderno**. Revisão Técnica: Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 724p. ISBN 85-7164-532-9

No prefácio de sua extensa obra, Quentin Skinner, professor de ciência política na Universidade de Cambridge, apresenta os três objetivos do livro que estamos resenhando. Em primeiro lugar, ele traça um quadro panorâmico acerca dos textos referidos pelos principais pensadores políticos e teológicos do fim da Idade Média e começo da era Moderna. Textos teológicos desse período são usados como fontes para a elaboração de sua teoria a respeito dos fundamentos do pensamento político moderno. Além de autores católicos, textos de Lutero e Calvino, entre outros, são apresentados como fundamentos do pensamento político em Estados modernos.

O segundo objetivo considera um período mais amplo, entre os séculos XIII e XVI, e analisa textos políticos. O autor considera tal período relevante para entendermos o que virá a ser o Estado Moderno. A grande mudança nesse período consistiu no desenvolvimento de uma ordem legal e constitucional que condiciona o Estado e não apenas o governante. O terceiro objetivo diz respeito ao método de pesquisa do autor. Não parte dos textos, mas, dos contextos para os quais eles foram escritos.

Desta forma, o autor, mesmo usando textos teológicos e políticos, não centra a sua pesquisa nos pensadores que conhece muito, como Lutero, Calvino, Maquiavel, Morus, Erasmo, entre outros. O contexto é mais importante que os textos. Ainda no prefácio o autor apresenta ao leitor e à leitora dois pontos importantes.

Nos primeiros nove capítulos deste livro, procurei destacar a larga medida em que o vocabulário do pensamento moral e da política da Renascença deriva do estoicismo romano. (...) Do capítulo 10 em diante, tentei de forma análoga, trazer à luz as fontes do vocabulário característico do pensamento político da reforma. (p. 14)

Pela extensão da obra e por estarmos interessados na política do contexto da Reforma Protestante, daremos ênfase à parte final de sua obra. Então, seguimos o pressuposto desse historiador da política segundo o qual não é possível compreender a política moderna e o Estado sem os fundamentos teológicos e políticos, considerados como “fundações” por ele. Porém, algumas considerações sobre os primeiros nove capítulos serão necessárias aqui, mesmo sabendo

¹ Enviado em: 27.09.2020. Aceito em: 18.11.2020.

² Doutor e Mestre em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Graduado em Teologia pela Faculdades EST. Docente no Programa de Pós-Graduação stricto sensu - Mestrado e Doutorado da Faculdades EST e da Graduação em Teologia. Contato: obobsin@est.edu.br

da dificuldade de selecionar questões importantes num vasto campo de debates de pensadores de um longo período histórico analisado de forma nada linear.

Destacamos seletivamente o debate teórico sobre as cidades-estados no norte da Itália por volta do século XIII. A luta pela sobrevivência das repúblicas independentes não governadas por príncipes, mas por cônsules escolhidos pelos povo, é um tema relevante. Tal experiência de liberdade se desloca entre o poder do Imperador e do papado. Já no fim do século XIII o papado se impôs com seu controle direto sobre a realidade temporal. Segundo Skinner, "... o papado, em fins do século XIII, conseguiu assumir o controle direto e temporal sobre uma vasta parte do centro da Itália, assim como considerável influência sobre a maioria das principais cidades do Regnum Italicum." (p. 36). Nesse período papas juristas desenvolveram um aparato legal para justificar a *plenitude potestatis*, ou seja, a plenitude do poder espiritual e temporal.

A não linearidade do texto de Skinner e o seu método de privilegiar o contexto para onde os textos foram dirigidos passa pelo resgate de Aristóteles, santo Agostinho, Tomás de Aquino, Maquiavel, Morus, Erasmo e tantos outros, dentre os quais podemos citar Marsílio e Bartoldo, que combatem as teses de Aquino que defendia o governo dos príncipes. Skinner assim fundamenta a postura de Bartoldo e Marsílio:

Eles concedem que o valor fundamental da vida política consiste na preservação da paz. Mas negam que esta seja incompatível com a preservação da liberdade. A mensagem final que deixam para os seus contemporâneos é, assim, que um povo pode desfrutar das bênçãos da paz sem precisar perder a liberdade: e, para tanto, a condição é que o papel de "defensor da paz" seja assumido pelo próprio povo." (p. 86)

Ainda hoje tal assunto é fundamental e carece de realizações, mesmo que a democracia direta esteja nas constituições. A Renascença e o Humanismo se alimentavam mutuamente, mas não sem tensões de todos os lados, provocadas pelas teses de Maquiavel em - *O Príncipe* e de outros pensadores. Dentre os muitos comentários de Maquiavel segundo Skinner, destacamos um que interessa à tese do governo sem influência do poder espiritual. Segundo o texto de Skinner, Maquiavel se distingue de tantos outros teóricos de sua época. Vamos destacar duas ideias que comprovam tal tese.

Como vimos, de modo geral se pressupõe que, se o príncipe se empenhar de coração numa vida virtuosa, estará capacitado a alcançar essas metas supremas que são honra, glória e fama. Maquiavel considera, porém, que essa é uma percepção ingênua, pela qual se esquece em que medida a manutenção de um governo bem-sucedido depende de uma disposição inabalável a suprir as artes da persuasão mediante o recurso à força militar efetiva. (p.150).

Portanto, Maquiavel integra as virtudes das tradições humanistas, guiando-se por uma visão que lhe é própria. Então, nos conselhos o príncipe "deve variar sua conduta do bem ao mal, e do mal ao bem." (p. 159). E também orienta o príncipe que não tem "cabimento utilizar uma escala de valores cristã no exame dos assuntos políticos." (p.202). Então, se a situação exigir o caminho dos malfeitores, não se deve hesitar em trilhá-los. Sendo assim, dispensa-se os conselheiros do príncipe, especialmente se forem eclesiásticos. Certamente, Maquiavel discordaria do *Príncipe Cristão* de Erasmo.

Tematicamente a pesquisa de Skinner já nos introduz na Reforma Protestante, começando com Lutero e o movimento da reforma. Sob o título *O Absolutismo e a Reforma Protestante*, Skinner faz uma análise detalhada de obras fundamentais de Lutero nos capítulos 10 a 12, com os seguintes

subtítulos: Os princípios do luteranismo; os precursores do luteranismo e a difusão do luteranismo, capítulos 10,11 e 12, respectivamente. O que chama a atenção na análise da reforma luterana é ponto de partida do autor, um tanto desconhecida, mas muito cativante.

Skinner afirma que sua análise vai começar no meio. Ou seja, quando Lutero pregou as *Noventa e cinco teses* na porta da Igreja do Castelo, em Wittenberg, ele já havia caminhado seis anos até ter sido nomeado para a cátedra de teologia. (p. 285). Assim, Skinner sugere que o próprio Lutero começou “na gestão de sua nova teologia, que lhe proporcionou o quadro para atacar não só o tráfico que o papado efetuava das indulgências, mas todo um conjunto de atitudes sociais, políticas, assim como religiosas, que tinham ficado associadas aos ensinamentos da Igreja católica.” (p. 285).

Na abordagem das premissas teológicas o autor da obra que está sendo resenhada seletivamente afirma que Lutero estava obcecado pela ideia da completa indignidade do ser humano. Afirma que um psicólogo de nosso tempo falaria em uma “crise particularmente grave de identidade, uma crise de integridade”, conforme Erikson. (p.187). Logo, a resposta teológica a esta crise se desdobra numa produção teológica com fortes decorrências teológicas, políticas, sociais e econômicas. Assim, a concepção da insuficiência humana para a salvação levou Lutero a analisar as deficiências da Igreja. Então, a produção teológica de Lutero está assentada numa profunda experiência pessoal. Vejamos o comentário de Skinner:

Essa doutrina não representava apenas uma ruptura com o tomismo: ela rejeitava de forma ainda mais peremptória a elevada noção das virtudes e capacidades do homem que, conforme vimos, os humanistas haviam difundido poucos anos antes. Lutero assim se sentiu impelido a desferir um veemente ataque ao ideal humanístico de uma *philosophia pia* e em especial ao mais perigoso expoente de seu arrogante credo, o “pagão e publicano” Erasmo. (p. 286).

O ataque de Lutero a Erasmo, um humanista famoso que havia apoiado as *Noventa e cinco teses*, é uma obra densa contra uma outra - *Sobre a Liberdade da vontade*. Lutero reagiu, também por sugestão de sua esposa Catarina, com o *Servio Arbitrio, ou A servidão da vontade*, conforme Skinner, publicada em 1525.³ Para Erasmo o ser humano tem a possibilidade de usar os recursos racionais para descobrir a vontade de Deus, Ou seja, o ser humano tem participação na salvação. (p. 287). Para Lutero isto não é possível, pois o ser humano está caído no pecado. Evidente que para Lutero o ser humano tem livre arbítrio nas questões relativas, mas jamais no que tange à salvação. Qual, então, o desdobramento político desta concepção teológica, marcada pelo fato de que a pessoa cristã é moradora simultaneamente deste reino e o de Cristo?

A consequência é uma distinção que ocupa lugar central no pensamento social e político de Lutero, e também subjaz à doutrina que Melanchton formulara, com tanta influência, das *adiaphora*: a distinção entre um conceito primário e passivo de justiça, que os cristãos podem atingir o reino de Deus, e uma justiça ativa ou civil, que não faz parte da salvação, mas continua sendo essencial para uma adequada regulação dos assuntos deste mundo. (p. 291).

³ Citaremos em notas os textos mencionados por Skinner, conforme as publicações feitas pela editora Sinodal, de São Leopoldo e pela Concórdia Editora de Porto Alegre, vinculadas à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil e à Igreja Evangélica Luterana do Brasil, respectivamente. Da *Vontade Cativa – Tradução de Luís H Deter, Luís Marcos Sander e Ilson Kayser. LUTERO, Martinho – Obras Seleccionadas, Volume IV, Debates e Controvérsias, II. Comissão Interluterana de Literatura. São Leopoldo, Editora Sinodal; Porto Alegre, Concórdia editora, 1983, p. 11-216.*

Skinner traz como argumentos outros textos de Lutero, como da Autoridade Secular⁴, ou temporal, e a recomendação aos pastores sobre a criação de escolas para meninos e meninas por parte do poder público⁵. Segundo Skinner, “os mais importantes textos políticos encarnam dois princípios condutores, ambos destinados a exercer extraordinária influência em nossa história.” (p. 301). Toda a discussão é perpassada por uma obediência do cristão ao poder temporal, pois toda autoridade provém de Deus. Contudo, Lutero disse várias vezes que os chefes políticos são na prática “bobos consumados”, ou “os piores patifes da terra”. (p. 298).

Assim, o tema da resistência passiva aos governantes continua assunto de pauta em Calvino e nas lutas dos Huguenotes, na França, conforme a Parte Seis que traz como título *O Calvinismo e a Teoria da Revolução*, da qual destacamos alguns itens importantes para chamar a atenção do leitor e da leitora: a expansão do absolutismo, a reafirmação do constitucionalismo, a defesa da revolução popular. Mesmo sob a influência luterana, que preconizava a obediência política passiva (p. 467), os debates sobre o direito de resistir às autoridades toma relevância tanto do lado luterano quanto do Calvinismo. Por exemplo, uma das categorias sugeria ao povo pegar em armas contra os seus governantes. E, no caso dos magistrados inferiores, eleitos pelo povo, poderiam contestar o imperador e restringir a autoridade dele. (p. 565). No entanto, os calvinistas radicais de 1550, embora defendessem a causa revolucionária, como os huguenotes, viam a sociedade política como ordenada por Deus. (p. 544). Tais revolucionários, segundo Skinner, deviam suas posições aos luteranos e aos escolásticos.

Ao finalizar nossa resenha, sem menção a outros grandes temas abordados por Skinner, duas considerações merecem ser feitas. A primeira mostra muitas lutas contra o papado e o deslocamento deste poder caindo, mais tarde, nas mãos dos governantes com o absolutismo. No lugar do papa entra o imperador, este como chefe da Igreja. Mesmo assim, o autor descortina elementos que irão constituir o Estado moderno. Assim conclui Skinner: “Com essa análise do Estado como um poder onipresente, porém, impessoal, podemos afirmar que adentramos o mundo moderno: a teoria moderna do Estado ainda está por ser elaborada, mas, tem agora seus alicerces assentados.” (625). Como podemos ver, os debates apresentados na obra de Skinner continuam fundamentais ⁶para que possamos entender a presença do fundamentalismo, religioso e político, nos primórdios do século XXI, que assalta o Estado laico e ameaça à democracia.

Referências

LUTERO, Martinho. *Da Vontade Cativa*. Tradução de Luís Marcos Sander, Luís Henrique Dreher e Ilson Kayser. São Leopoldo: Sinodal, 1993.

LUTERO, Martinho. *Obras Seleccionadas*. Debates e Controvérsias, II. Comissão Interluterana de Literatura. São Leopoldo: Editora Sinodal; Porto Alegre: Concórdia Editora, 1983, Volume IV, p. 11-216.

⁴ LUTERO, Martinho. Da autoridade secular, até que ponto se lhe deve obediência. In: LUTERO, Martinho. *Obras seleccionadas*. São Leopoldo: Editora Sinodal; Porto Alegre: Concordia Editora, 1996, Volume VI. 06, p.79-114.

⁵ LUTERO, Martinho. Aos Conselhos de Todas as Cidades da Alemanha para que Criem e mantenham Escolas; Uma Prédica para que mandem filhos à Escola. *Obras Seleccionadas*. Volume V: Ética: Fundamentos – Oração – Sexualidade – educação – Economia. Comissão Luterana de Literatura São Leopoldo. Editora Sinodal, São Leopoldo; Concórdia Editora, Porto Alegre, 1995, p. 302-363. Os textos são apresentados pelos editores e tradutores. Um tema presente nesses textos é a educação pública para meninos e meninas.

⁶ RIBEIRO, R. Janine. A gênese dos clássicos políticos. São Paulo; Folha de São Paulo, 21 de abril de 1996. Consultado em 05 de janeiro de 2020 <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/4/21/mais!/18.html>.

LUTERO, Martinho. *Da autoridade secular, até que ponto se lhe deve obediência*. In: LUTERO, Martinho. *Obras selecionadas*. São Leopoldo: Editora Sinodal; Porto Alegre: Concórdia Editora, Volume VI, 1996, p. 79-114.

LUTERO, Martinho. *Aos Conselhos de Todas as Cidades da Alemanha para que Criem e mantenham Escolas; Uma Prédica para que mandem filhos à Escola*. In: LUTERO, Martinho. *Obras Selecionadas*. Ética: Fundamentos – Oração – Sexualidade – Educação – Economia. Comissão Interluterana de Literatura São Leopoldo: Editora Sinodal; Concórdia Editora: Porto Alegre, 1995, Volume V, p. 302-363.

RIBEIRO, Renato Janine. *A gênese dos clássicos políticos*. *Folha de São Paulo*, 21 de abril de 1996. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/4/21/mais!/18.html> Acesso em: 05 de Jan. 2020.